

COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL
SICOOB SUL

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

Valores expressos em milhares de Reais

A T I V O	30/06/2018	30/06/2017	P A S S I V O E P A T R I M O N I O L Í Q U I D O	30/06/2018	30/06/2017
Circulante	381.015	403.608	Circulante	497.911	491.482
Disponibilidades	4.094	4.043	Depósitos (Nota 11)	472.680	446.522
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	29.646	-	Depósitos à vista	116.799	98.438
Relações interfinanceiras (Nota 4)	133.590	189.781	Depósitos à prazo	355.881	348.084
Operações de Crédito (Nota 5)	185.146	186.305	Recursos de Aceite e Emissão de Títulos (Nota 12)	4.198	1.450
Operações de crédito	193.314	196.145	Relações Interfinanceiras (Nota 13)	13.213	35.449
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.168)	(9.840)	Relações Interdependências (Nota 14)	31	81
Outros Créditos (Nota 6)	3.347	4.525	Outras Obrigações (Nota 15)	7.789	7.980
Rendas a Receber	992	1.749	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	200	177
Créditos por avais e fianças honradas	492	384	Sociais e Estatutárias (Nota 15.1)	708	621
Diversos	4.069	4.209	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15.2)	895	972
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(2.206)	(1.817)	Diversas (Nota 15.3)	5.986	6.210
Outros Valores e Bens (Nota 7)	25.192	18.954	Exigível a Longo Prazo	3.457	1.962
Outros valores e bens	24.786	18.587	Relações Interfinanceiras (Nota 13)	3.435	1.734
Despesas Antecipadas	406	367	Relações Interfinanceiras	3.435	1.734
Não Circulante	181.764	137.331	Outras Obrigações	22	228
Realizável a Longo Prazo	167.251	125.107	Diversas (Nota 15.3)	22	228
Operações de Crédito (Nota 5)	167.251	125.107	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	61.411	47.495
Operações de crédito	173.227	129.915	Capital Social	43.405	42.803
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.976)	(4.808)	Reserva de Lucros	11.128	7.022
Permanente	14.513	12.224	Sobras ou Perdas Acumuladas	-	211
Investimentos (Nota 8)	8.079	5.004	Sobras ou Perdas do Semestre	6.878	(2.541)
Imobilizado em Uso (Nota 9)	6.035	6.662	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	562.779	540.939
Intangível (Nota 10)	399	558			
TOTAL DO ATIVO	562.779	540.939			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL
SICOOB SUL**

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

Valores expressos em milhares de Reais

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	30/06/2018	30/06/2017
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira (nota 19)	37.506	36.189
Operações de Crédito	36.540	36.189
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	966	-
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira (Nota 20)	(17.000)	(29.928)
Operações de Captação no Mercado	(10.798)	(18.887)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(1.088)	(1.756)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.114)	(9.285)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	20.506	6.261
Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Dispêndios) Operacionais	(13.447)	(8.651)
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	4.610	4.310
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	3.649	2.917
Despesas(Dispêndios) de Pessoal (nota 21)	(10.447)	(11.119)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas (nota 22)	(14.939)	(12.991)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(296)	(187)
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais (Nota 23)	3.345	2.028
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	3.678	9.080
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais (Nota 24)	(3.047)	(2.689)
Resultado Operacional	7.059	(2.390)
Resultado Não Operacional (Nota 26)	23	91
Resultado Antes das Destinação	7.082	(2.299)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(204)	(242)
Provisão para Imposto de Renda	(127)	(139)
Provisão para Contribuição Social	(77)	(103)
Sobras do Semestre	6.878	(2.541)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL
SICOOB SUL**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

Valores expressos em milhares de Reais

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal		
Saldo em 01/01/2017	42.252	(313)	7.022	1.057	50.018
Destinação de Sobras Semestre Anterior:					
Ao Capital	841	-	-	(841)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados				(4)	(4)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	2.063	48	-	-	2.111
Por Devolução (-)	(2.089)	-	-	-	(2.089)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	(2.541)	(2.541)
Saldos em 30/06/2017	43.067	(265)	7.022	(2.329)	47.495
Saldos em 01/01/2018	45.624	(245)	8.873	2.255	56.507
Destinação de Perdas Semestre Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	2.255	(2.255)	
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.725	41	-	-	1.766
Por Devolução (-)	(3.740)	-	-	-	(3.740)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	6.878	6.878
Saldos em 30/06/2018	43.609	(204)	11.128	6.878	61.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL
SICOOB SUL
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE
JUNHO DE 2018 E DE 2017

DESCRIÇÃO	30/06/2018	30/06/2017
Sobras/Perdas do Semestre	7.082	(2.299)
Ajustes por:	1.798	7.423
IRPJ / CSLL	(204)	(242)
Provisão para Operações de Crédito	985	6.631
Baixa de Ativo Permanente	4	1
Depreciações e Amortizações	1.013	1.033
Aumento (redução) em ativos operacionais	(23.811)	(16.787)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(971)	-
Operações de Crédito	(20.969)	(12.417)
Outros Créditos	(149)	(594)
Outros Valores e Bens	(1.722)	(3.776)
Aumento (redução) em passivos operacionais	21.324	39.058
Depósitos a Vista	23.338	24.732
Depósitos sob Aviso	80	142
Depósitos a Prazo	13.388	17.782
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	1.033	1.450
Outras Obrigações	671	757
Relações Interdependências	(988)	(1.020)
Relações Interfinanceiras	(16.198)	(4.785)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	6.393	27.395
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizações de Uso	(105)	(1.014)
Aquisição de Imobilizações Diferido	(19)	(144)
Aquisição de investimentos	(938)	(526)
Imobilizações em curso	33	(9)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.029)	(1.693)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	1.766	2.111
Devolução de Capital à Cooperados	(3.740)	(2.089)
Destinação de Sobras Exercício Anterior	-	(4)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(1.974)	18
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	3.390	25.720
Modificações em Disponibilidades Líquida		
No Início do Período	134.294	168.104
No Fim do Período	137.684	193.824
Varição Líquida das Disponibilidades	3.390	25.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL - SICOOB SUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL - SICOOB SUL** - é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **17/09/2003**, filiada à **CCC UNICOOB – SICOOB CENTRAL UNICOOB** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB SUL** possui 27 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ARAUCÁRIA - PR, CURITIBA - PR, PONTA GROSSA - PR, GUARAPUAVA - PR, CAMPO LARGO - PR, IRATI - PR, FAZENDA RIO GRANDE - PR, PINHAIS - PR, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR, GUARATUBA - PR, MANDIRITUBA - PR, CAMPINA GRANDE DO SUL - PR, FLORIANÓPOLIS - SC, LAPA - PR.**

O **SICOOB SUL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 30/08/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões

necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos

contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2018**.

4. Relações interfinanceiras

Em **30 de junho de 2018** e **2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	133.590	189.781
TOTAL	133.590	189.781

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL UNICOOB** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2018			30/06/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	453	-	453	759
Empréstimos	154.528	164.268	318.796	250.099
Títulos Descontados	18.661	5	18.666	23.326
Financiamentos	4.821	6.657	11.478	13.733
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	14.851	2.297	17.148	38.143
(-) Provisões para Operações de Crédito	(8.168)	(5.976)	(14.144)	(14.648)
TOTAL	185.146	167.251	352.397	311.412

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017
AA - Normal	22.341	5	-	-	22.346	-	25.021	-
A 0,5% Normal	128.757	551	3.403	7.129	139.840	(699)	177.182	(886)
B 1% Normal	89.231	3.649	6.951	8.432	108.263	(1.083)	61.190	(612)
B 1% Vencidas	3.714	1	20	208	3.943	(39)	2.430	(24)
C 3% Normal	47.917	2.797	859	1.104	52.677	(1.580)	28.852	(866)
C 3% Vencidas	4.919	10	122	-	5.051	(152)	5.051	(152)
D 10% Normal	11.532	427	38	-	11.997	(1.200)	3.155	(315)
D 10% Vencidas	7.649	5	-	150	7.804	(780)	5.250	(525)
E 30% Normal	3.625	325	-	126	4.076	(1.223)	3.258	(977)
E 30% Vencidas	2.915	11	1	-	2.927	(878)	3.380	(1.014)
F 50% Normal	503	230	-	-	733	(367)	134	(67)
F 50% Vencidas	574	21	30	-	625	(312)	3.271	(1.636)
G 70% Normal	289	27	-	-	316	(221)	80	(56)
G 70% Vencidas	1.113	4	-	-	1.117	(782)	958	(670)
H 100% Normal	217	237	3	-	457	(457)	410	(410)
H 100% Vencidas	4.177	41	51	-	4.369	(4.369)	6.438	(6.438)
Total Normal	304.409	8.248	11.254	16.790	340.705	(6.830)	299.282	(4.189)
Total Vencidos	25.061	193	224	358	25.836	(7.312)	26.778	(10.459)
Total Geral	329.470	8.441	11.478	17.148	366.541	(14.144)	326.060	(14.648)
Provisões	(12.954)	(793)	(191)	(208)	(14.144)		(14.648)	
Total Líquido	316.519	7.648	11.287	16.941	352.397		311.412	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	53.747	92.833	164.227	310.807
Financiamentos	1.415	3.406	6.657	11.478
Financiamentos Rurais	6.794	8.057	2.297	17.148
Adiantamento a depositantes	453	-	-	453
Cheque Especial e Conta Garantida	7.988	-	-	7.988
Títulos Descontados	16.767	1.894	5	18.667
TOTAL	87.164	106.190	173.187	366.541

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	30/06/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.581	26.378	3.504	63	31.526	9%
Setor Privado - Indústria	231	5.037	305	-	5.573	2%
Setor Privado - Serviços	4.615	214.912	13.436	360	233.323	64%
Pessoa Física	1.938	67.971	745	16.575	87.230	24%
Outros	76	7.986	675	150	8.889	2%
TOTAL	8.441	322.284	18.665	17.148	366.541	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	13.131	8.017
Constituições	86.623	69.695
Reversões	(81.835)	(60.661)
Transferência para prejuízo	(3.775)	(2.403)
TOTAL	14.144	14.648

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	4.074	1,00%	4.449	1,00%
10 Maiores Devedores	32.502	9,00%	34.808	11,00%
50 Maiores Devedores	102.852	28,00%	118.124	36,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	8.821	3.340
Valor das operações transferidas no período	3.860	2.544
Valor das operações recuperadas no período	(1.402)	(122)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(439)	(4)
TOTAL	10.840	5.758

h) Operações renegociadas:

Durante o 1º semestre de **2018**, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 6.196 compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2018	30/06/2017
Avais e Fianças Honrados	492	384
Rendas a Receber	992	1.749
Diversos (a)	4.069	4.209
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(2.206)	(1.817)
TOTAL	3.347	4.525

(a) Refere-se a adiantamentos e antecipações (R\$ 450), devedores por depósitos em garantia (R\$ 156), impostos e contribuições a compensar (R\$ 1.543), imposto de renda a recuperar (R\$ 8), pagamentos a ressarcir (R\$ 307), títulos e créditos a receber (R\$ 324) e devedores diversos (R\$ 1.246).

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 para "avais e fianças honradas (R\$ 340)", os demais foram provisionados por decisão da administração. Sendo que, do valor da

provisão se referem a: (R\$ 1.033) custas BNDU, (R\$ 507) provisão de IR e CSLL, e (R\$ 324) tarifas pendentes.

7. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Bens Não de Uso Próprio	24.784	18.584
Material em Estoque	2	3
Despesas Antecipadas	406	367
TOTAL	25.192	18.954

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, aluguéis, IPTU e outros.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB**.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Participações em cooperativa central de crédito	8.077	5.002
Outras participações	2	2
TOTAL	8.079	5.004

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	7	20	
Instalações	9.458	8.397	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(5.782)	(4.644)	
Móveis e equipamentos de Uso	2.591	2.548	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(1.134)	(902)	
Sistema de Comunicação	196	170	20%
Sistema de Processamento de Dados	2.623	2.558	20%
Sistema de Segurança	444	429	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(2.368)	(1.914)	
TOTAL	6.035	6.662	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

(b) Em virtude de exclusão de rubricas contábeis pelo BACEN através de Circular 3791/2016, os valores registrados no Diferido em 31/12/2016 foram reclassificados para rubricas de instalações conforme CCI409/2016 do Sicoob Confederação.

10. Intangível

Descrição	30/06/2018	30/06/2017	Taxa Depreciação
Outros Ativos Intangíveis	1.259	1.205	20%
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(860)	(647)	-
TOTAL	399	558	-

O intangível refere-se a contrato de cessão para utilização de licenças do software SISBR.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Depósito à Vista	116.799	98.438
Depósito Sob Aviso	4.387	4.503
Depósito a Prazo	351.494	343.581
TOTAL	472.680	446.522

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n°4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	21.862	5,00%	15.715	4,00%
10 Maiores Depositantes	78.939	17,00%	73.283	17,00%
50 Maiores Depositantes	151.480	33,00%	149.414	34,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(136)	(244)
Despesas de Depósitos a Prazo	(10.245)	(18.256)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(82)	(5)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(335)	(382)
TOTAL	(10.798)	(18.887)

12. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata *temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Obrigações por emissão LCA - Pós - Fixada	4.198	1.450

13. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	30/06/2018	30/06/2017
Recursos do Bancoob	5,5% a 9,5%	10/03/2020	17.196	38.879
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(548)	(1.696)
TOTAL			16.648	37.183

Modalidade	30/06/2018			30/06/2017
	Circulante	Não circulante	Total	
Repasse interfinanceiros	13.213	3.435	16.648	37.183

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Ordens de Pagamento	30	80
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	1	1
TOTAL	31	81

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	200	177
Sociais e Estatutárias	708	621
Fiscais e Previdenciárias	895	972
Diversas	6.008	6.438
TOTAL	7.811	8.208

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Resultado de Atos com Associados	59	-
Gratificações e Participações a Pagar	-	408
Cotas de Capital a Pagar	649	213
TOTAL	708	621

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **5%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	205	240
Impostos e contribuições a recolher	690	732
TOTAL	895	972

15.3 Diversas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	10	6
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	331	333
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	3.884	4.047
Provisão para Passivos Contingentes (b)	42	90
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	407	421
Credores Diversos - País	1.334	1.541
TOTAL	6.008	6.438

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal R\$ 2.401, despesas administrativas R\$ 1.271 e outros pagamentos R\$ 212.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais, trabalhistas e cíveis em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2018		30/06/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	12	-	71	32
Outros	30	156	19	18
TOTAL	42		90	50

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SUL**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 4.506. Sendo que, R\$ 851 são trabalhistas e R\$ 3.655 são cíveis.

(c) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **30 de Junho de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 23.611 (R\$ 21.099 em **30/06/2017**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) Referem-se Credores Diversos – País composto por valores pendentes de compensação pela cooperativa, como cheques depositados e não compensados e cobranças pendentes de repasse.

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB SUL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No 1º semestre de **2018**, a Cooperativa reduziu seu capital social no montante de **R\$ 1.974**.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social	43.405	42.803
Associados	21.172	18.214

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 13/04/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do fundo de reserva com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ 2.255.

18. Resultado de atos não cooperativos

A partir de 01/01/2018, a cooperativa adotou o método de apuração e recolhimento do IRPJ e CSLL com base na estimativa mensal, sendo que a apuração do lucro real e o resultado dos atos não cooperativos, serão apurados somente em 31/12/2018.

19. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	450	328
Rendas de Empréstimos	29.326	28.438
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.260	3.769
Rendas de Financiamentos	988	1.555
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	176
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	3	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	360	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	697	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	92	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	1.794
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	966	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.364	129
TOTAL	37.506	36.189

20. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas De Captação	(10.798)	(18.887)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.088)	(1.756)
Provisões para operações de crédito	(5.114)	(9.285)
TOTAL	(17.000)	(29.928)

21. Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(16)	(16)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(659)	(939)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.139)	(1.870)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.167)	(2.102)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.441)	(6.127)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	(6)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(25)	(59)
TOTAL	(10.447)	(11.119)

22. Outras despesas administrativas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de Água, Energia e Gás	(224)	(179)
Despesas de Aluguéis	(1.833)	(1.435)
Despesas de Comunicações	(377)	(512)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(148)	(117)
Despesas de Material	(88)	(120)
Despesas de Processamento de Dados	(965)	(909)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(65)	(129)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(65)	(24)
Despesas de Publicações	(6)	(5)
Despesas de Seguros	(109)	(89)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.799)	(3.422)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.099)	(715)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.062)	(1.009)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(549)	(190)
Despesas de Transporte	(628)	(609)
Despesas de Viagem no País	(131)	(170)
Outras Despesas Administrativas	(3.778)	(2.324)
Despesas de Amortização	(472)	(550)
Despesas de Depreciação	(541)	(483)
TOTAL	14.939	12.991

23. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	442	370
Rendas Juros Cartão de Crédito	751	657
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	89	144
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	482	159
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	1.024	405
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	170	156
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	175	131
Atualização de Depósitos Judiciais	0,00	-
Outras Rendas Operacionais	213	6
TOTAL	3.345	2.028

24. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(234)	(64)
Despesas de Descontos Concedidos	(6)	-
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(233)	(198)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(486)	(407)
Provisão para Passivos Contingentes	-	(14)
Provisão para Passivos Trabalhistas	-	(27)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(11)	-
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(7)	-
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(276)	(276)
Outras Despesas Operacionais	(1.740)	(1.416)
Garantias Financeiras Prestadas	(54)	(287)
TOTAL	(3.047)	(2.689)

25. Resultado não operacional

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	38	42
Ganhos de Capital	29	22
Ganhos de Aluguéis	15	30
Outras Rendas não Operacionais	3	15
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(9)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-	(4)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(62)	(5)
Resultado Líquido	23	91

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no 1º semestre de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	6.381	1,7%	8
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	29.068	7,74%	145
TOTAL	35.449	9,44%	153
Montante das Operações Passivas	1.266	0,54%	

Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	52	2	3%
Conta Garantida	209	5	3%
Crédito Rural	864	4	5%
Empréstimo	9.316	64	3%
Títulos Descontados	603	3	3%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	2.042	1,76%	0%
Depósitos a Prazo	14.456	4,01%	0,52%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	1,86%	
Empréstimos	1,33%	
Aplicação Financeira - Pós Fixada	98,04%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO SEMESTRE DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,33%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	11,14%
Crédito Rural (modalidades)	0,13%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	18.806

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

No 1º semestre de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO SEMESTRE DE 2018 (R\$)	
Honorários	(675)
Encargos Sociais	(122)

27. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL - SICOOB SUL**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL UNICOOB**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL UNICOOB** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SUL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL UNICOOB** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL UNICOOB:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Ativo	141.669	194.785
Centralização Financeira	133.590	189.781
Investimentos	8.079	5.004
Passivo	-	-
Obrigação por Empréstimos e Repasses	-	-

28. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a conseqüente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º .3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

28.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL - SICOOB SUL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o **SICOOB SUL** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL - SICOOB SUL** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

28.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL - SICOOB SUL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL - SICOOB SUL** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL - SICOOB SUL** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

28.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL - SICOOB SUL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL - SICOOB SUL** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio de Referência (PR)	58.524	47.284
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	409.052	347.503
Índice de Basileia (mínimo 13%) - %	14,31	13,61
Imobilizado para cálculo do limite	6.038	7.011
Índice de imobilização (limite 50%) - %	10,32	14,83

31. Benefícios a empregados

Essa provisão é realizada de acordo com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

A PLR é uma modalidade de remuneração variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à *performance* da Cooperativa.

A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

Em 30 de junho de 2018, não há valor provisionado (2017 - R\$ 409) registradas na rubrica "Outras obrigações - diversas".

32. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º.3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

33. Errata

O **SICOOB SUL** informa que o quadro "b" da nota 5 (quadro comparativo de semestre anterior), constante nas demonstrações contábeis do primeiro semestre do ano de 2018, difere das demonstrações contábeis publicadas no ano de 2017, sendo retificado nesta data.

CURITIBA-PR, 30 de junho de 2018

Jefferson Nogaroli

Presidente do Conselho de Administração

Allan Forti Rubira

Diretor Vice Presidente

Elenice da Rocha Soares Pelisson

Contadora 050229/O-3 PR